

BOLETIM 420

Brasília, 28 de agosto de 2017

CONTRICOM participa de reunião para unificar ações contra retrocessos do governo Temer

A CONTRICOM, através do secretário para Assuntos de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, Jairo José da Silva, participou na última semana de reunião na sede do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) com inúmeras outras entidades laborais. Na pauta, a unificação das ações do movimento sindical em torno das reformas trabalhista, previdenciária e política do governo Temer.

Os presentes definiram algumas estratégias de ação como o aproveitamento das bases das categorias para promover uma ampla mobilização dos trabalhadores, bem como sua conscientização do retrocesso que representa todas as reformas do atual governo. A ideia é acumular para a realização de um novo movimento grevista de caráter geral.

Os metalúrgicos, por exemplo, já definiram sua agenda, entre outros segmentos. Os participantes propõem que esse trabalho se estenda para todas as categorias para que chegue às bases e também à população em geral.

Outra ação importante será direcionada nos meios de comunicação de cada entidade como



Dirigentes sindicais querem unificar as ações das diversas categorias de trabalhadores

instrumento de conscientização dos trabalhadores e da sociedade.

Há um convencimento geral de que o segmento patronal pretende acabar ou anular os acordos e convenções coletivas, por isso, o movimento sindical deve se organizar para resistir e não aceitar essas mudanças, com muitas ações sincronizadas entre todas as categorias.

Na ocasião, o dirigente da CONTRICOM, falando também em nome da FETICOM-SP, informou que tem sido possível assinar acordos com índices de reposição superiores à inflação por empresa, sem a participação dos sindicatos patronais, no caso, o SINDUSCON-SP, inclusive em razão da recusa da FIESP em negociar.

Jairo informou que mais de um terço dos Sindicatos não assinaram o acordo relativo ao índice de 3,99% proposto pelo SINDUSCON, fechando acordos coletivos que variam entre 4,5% e 7%, o que permitiu a elevação do piso salarial da categoria.

Fonte: FETICOM-SP/COMUNICAÇÃO CONTRICOM



FST define ações do movimento de resistência ao desmonte da CLT

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) lança dia 5 de setembro o 'Movimento Nacional de Resistência às Reformas: por um Brasil melhor', que terá um cronograma de ações em todo o País, encampadas pelas entidades filiadas às 20 Confederações que compõem o Fórum.

A plataforma do movimento será voltada para o esclarecimento, resistência e conscientização dos trabalhadores para os prejuízos decorrentes da aprovação da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017). Cada região terá agenda de trabalho distinta, para se adaptar às demandas locais das lutas dos trabalhadores.

O calendário de mobilizações será disponibilizado conforme definição dos dirigentes sindicais responsáveis pela coordenação dos cinco comitês que atuarão nos Estados.

Itens - Os pontos críticos como jornada, banco de horas, negociação, férias, terceirização, demissão, trabalho intermitente, trabalho insalubre para gestantes e mulheres em fase de amamentação, entre outros, serão amplamente discutidos junto aos trabalhadores.

Ato - O lançamento do movimento ocorrerá no auditório do Hotel Nacional, em Brasília, às 10 horas.

Fonte: Agência Sindical

Comissão que analisa Reforma Política pode votar relatório nesta terça

A Comissão Especial da Reforma Política reúne-se nesta terça-feira (29) para votar o relatório do deputado Vicente Candido (PT-SP) que regulamenta o financiamento público de campanhas e o "distritão" (voto majoritário para deputados e vereadores), entre outros pontos.

Entre as mudanças, o relator Vicente Candido ampliou no texto a participação feminina. Na eleição para o Senado Federal, em que o partido apresente duas candidaturas, uma das vagas será preenchida com um candidato do sexo masculino e a outra com candidata do sexo feminino.

Os pontos de divergência restantes seriam decididos na votação dos destaques, entre eles, os critérios de distribuição dos recursos do fundo público para financiamento de campanhas entre os partidos e a duração das campanhas, 45 ou 60 dias.

Alguns deputados defendem a distribuição da totalidade do fundo de acordo com a votação dos partidos na última eleição.

A proposta também estabelece o dia primeiro de agosto para o início das campanhas, que terão 60 dias. Há deputados que alertam para a necessidade de campanhas menores para reduzir custos.

A proposta de emenda à Constituição que cria o fundo público para financiamento de campanhas e muda o sistema de eleição para o Legislativo está sendo analisada pelo Plenário.

Fonte: Agência Câmara



Relator da PEC da Reforma da Previdência na Câmara será ouvido no Senado

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência fará audiência pública, nesta terça-feira (29), com a participação de três deputados que participaram da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287-A/2016 na Câmara, a Reforma da Previdência.

O deputado Arthur Maia (PPS-BA) *(foto)*, relator da proposta na comissão especial que analisou a proposta na Câmara, deve trazer informações e dados a respeito do texto. Da mesma forma, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), autor de um mandado de segurança impetrado no Supremo Tribunal Federal (STF) para interromper o andamento da PEC naquela Casa, falará dos pontos que considera críticos no texto. O ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, deputado Afonso Florence (PT-BA), também vai participar do debate e deve destacar a situação do trabalhador rural frente às mudanças propostas.

A reunião ocorrerá na sala 19 da ala Alexandre Costa, a partir das 14h05 e será aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Fonte: Agência Senado

Projetos em tramitação na CCJ alteram pontos polêmicos da reforma trabalhista

Para tentar diminuir o impacto da reforma trabalhista, senadores apresentam uma série de propostas para revogar itens da lei, em vigor desde julho. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) é autora de seis projetos. Um deles tem como objetivo proibir o exercício da atividade insalubre para as trabalhadoras gestantes ou que estejam amamentando (PLS 295/2017). Outra proposta trata do acordo de convenção coletiva, que só poderá se sobrepor à legislação quando for para beneficiar o trabalhador (PLS 293/2017). O senador Paulo Paim (PT-RS) também é autor de um projeto que restringe as jornadas de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso (PLS 298/2017). As matérias estão em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Fonte: Agência Senado

SP: reforma trabalhista é bem conhecida por 15% das pequenas indústrias

Pesquisa elaborada pelo Sindicato da Micro e Pequena Indústria de São Paulo (Simpi) mostra que, embora 71% dos micro e pequenos empresários saibam da existência da reforma trabalhista, apenas 15% deles, de fato, estão bem informados sobre as mudanças que ela provocou na legislação. A pesquisa foi coletada pelo DataFolha no mês de julho e foi feita com 302 micro e pequenos industriais do estado de São Paulo, com margem de erro de seis pontos percentuais e índice de confiança de 95%.

Segundo a pesquisa, 29% dos empresários entrevistados admitiram desconhecer a reforma e 11% disseram ter poucas informações sobre ela. Essa falta de informação sobre o tema, de acordo com o Simpi, impacta também na perspectiva do empreendedor sobre a reforma: 42% dos entrevistados disseram que a reforma trabalhista não deve trazer prejuízos nem beneficiar seus negócios.

A aprovação da lei da terceirização também é desconhecida pela maior parte dos micro e pequenos industriais paulistas. Apenas 16% disseram ter conhecimento sobre a terceirização.

Avaliação da economia - A pesquisa divulgada pelo Simpi mostrou ainda a percepção dos empresários paulistas sobre a economia do país. O indicador bimestral de expectativa econômica demonstrou que 30% dos empresários acreditam que a situação econômica vai melhorar nos próximos três meses, valor inferior ao de maio,



quando o índice alcançou 40%. Pouco mais da metade dos entrevistados (53% do total) acreditam que a inflação continuará igual.

A previsão de aumento do desemprego para os próximos três meses caiu na comparação entre as pesquisas feitas em maio e julho, passando de 31% para 26%. Na mesma comparação, caiu o número de empresários que acredita que o poder de compra vai crescer, passando de 13% para 11%.

A pesquisa mostrou também que caiu a percepção dos entrevistados de que a crise econômica ainda é forte, afeta os negócios e não há previsão de retomada de crescimento, passando de 71% em junho para 62% em julho, e o índice de empresários que avaliam que a crise está mais fraca subiu de 27% para 36%.

A taxa das empresas que sofreram com inadimplência passou de 44% em julho para 40% em julho, os resultados mais baixos desde março de 2015.

Fonte: Portal EBC



Mais de 8 milhões terão direito ao saque de cotas do PIS/Pasep

O governo federal anunciou nesta semana mais uma ação para reativar a economia, beneficiando cerca de oito milhões de trabalhadores com a liberação das cotas do antigo Fundo PIS/Pasep. A Medida Provisória nº 797, de 23 de agosto de 2017, alterou as condições de saque dessas cotas por motivo idade, permitindo a retirada para homens a partir de 65 anos e para mulheres a partir de 62 anos.

Assim, todos os trabalhadores que se enquadram nos novos critérios da idade, ou aposentados, independentemente da idade, terão direito a resgatar o saldo existente. “Nós estamos fazendo justiça ao reduzir a idade para o saque e divulgar amplamente esse direito. Afinal de contas, o dinheiro é do trabalhador e ele precisa saber que pode sacar o recurso”, afirma o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

São cotistas do Fundo PIS/Pasep os participantes cadastrados até 04/10/1988, que tenham recebido distribuição de cotas referentes ao período de 1971 a 1989 e que ainda não sacaram o saldo do principal. Antes da MP, já era possível sacar as cotas após se aposentar ou completar 70 anos, além de outras condições específicas, mas muitas pessoas nunca retiraram o dinheiro porque não sabiam que tinham esse direito.

Pagamento - O pagamento começa em outubro e o calendário de saques ainda será divulgado. O valor da cota de cada trabalhador vai

depende de quanto ele ganhava na época, pois o depósito da empresa era proporcional ao salário do empregado. De acordo com cálculos preliminares, a maioria tem, em média, R\$ 750 para receber.

Com a medida, o governo espera injetar R\$ 16 bilhões na economia. O valor representa 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Fonte: MTb

Arrecadação federal tem menor nível em sete anos

O fraco desempenho da economia e a redução de pagamento de tributos por instituições financeiras fizeram a arrecadação federal registrar em julho o menor nível em sete anos. Segundo dados divulgados há pouco pela Receita Federal, a arrecadação somou R\$ 109,948 bilhões no mês passado, queda de 0,34% em relação a julho do ano passado, descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em valores corrigidos pelo IPCA, esse é o menor nível para o mês desde 2010.

Nos sete primeiros meses do ano, a arrecadação federal acumula R\$ 758,533 bilhões, também o menor valor desde 2010. O montante é 0,61% maior que o do mesmo período de 2016, descontando a inflação pelo IPCA. Esse crescimento acumulado, no entanto, decorre unicamente das receitas não administradas (principalmente royalties do petróleo), que subiram 49,9% de janeiro a julho acima da inflação em relação aos mesmos meses de 2016.

Se forem consideradas apenas as receitas administradas pela Receita Federal (como



impostos e contribuições), a arrecadação teria tido queda real – descontado o IPCA – de 1,7% em julho e de 0,41% nos sete primeiros meses do ano.

Segundo a Receita Federal, os principais tributos que puxaram a queda da arrecadação em julho foram o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que caíram 18,6% em relação ao mesmo mês do ano passado descontando a inflação.

Fonte: Agência Brasil



A Diretoria da CONTRICOM cumprimenta o companheiro RAIMUNDO FERREIRA BRITO, dirigente sindical na BA e membro do Conselho Fiscal da Confederação, pelo transcurso, hoje (28), de seu aniversário, desejando-lhe muita saúde, felicidades e realizações.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)